

Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã

Você participa. Todos decidem!

Orçamento
2013



Secretaria do Planejamento,
Gestão e Participação Cidadã
Gabinete do Vice-Governador
Secretaria Geral de Governo
Gabinete dos Prefeitos
e Relações Federativas



Caderno de Diretrizes para a Participação Popular e Cidadã na elaboração do Orçamento 2013

I. DIRETRIZES GERAIS

As demandas deverão:

- a. ALINHAR-SE com os Programas do PPA 2012/2015, considerando ainda a agregação em ÁREAS TEMÁTICAS estabelecidas pela SEPLAG;
- b. CONSIDERAR as deliberações das Conferências e Conselhos Setoriais e de Direitos correspondentes, além de Planos Setoriais e Regionais, tendo em vista que são expressão da Participação Popular e Cidadã;
- c. CONSIDERAR os diferentes PROCESSOS DE DIÁLOGO do Governo com a Sociedade, notadamente as iniciativas do Gabinete Digital, as Interiorizações, os Diálogos para o Desenvolvimento, os Encontros para o desenvolvimento e o Programa de Enfrentamento às Desigualdades Regionais;
- d. CONSIDERAR as obras e serviços que necessitam de continuidade e outros compromissos assumidos;
- e. CONSIDERAR a necessidade de alinhamento com as diretrizes das diferentes políticas públicas e prioridades já estabelecidas, de forma a orientar demandas que efetivamente contribuam para o alcance de indicadores e objetivos estabelecidos em cada órgão;
- f. ORIENTAR para o estabelecimento de demandas COM IMPACTO REGIONAL;
- g. ORIENTAR para os impedimentos de Natureza LEGAL e/OU TÉCNICA.

II. ÁREAS TEMÁTICAS PARA DISCUSSÃO NAS REGIÕES

O processo de discussão do Orçamento 2013 inicia com 28 Audiências Públicas Regionais (uma em cada uma das 28 regiões do RS). Nesta etapa a região escolherá 10 áreas temáticas prioritárias, que balizarão a discussão nas etapas posteriores e deverão integrar o Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

As áreas em discussão são as seguintes:

1. Cultura e Inclusão Digital
2. Desenvolvimento Econômico
3. Desenvolvimento rural
4. Saúde
5. Segurança Pública
6. Irrigação
7. Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Equidade de Gênero
8. Meio Ambiente e Recursos Hídricos
9. Turismo, Esporte e Lazer
10. Desenvolvimento Social e erradicação da pobreza
11. Desenvolvimento urbano e Saneamento
12. Educação Superior
13. Infraestrutura e Logística
14. Combate à violência no Trânsito
15. Educação Básica, Profissional e Técnica

Estas áreas temáticas abrangem Órgãos, Programas do PPA e suas respectivas Ações, passíveis de ser objeto de demandas da população:

1. Cultura e Inclusão Digital

Órgão	Programa	Ações
Secretaria de Comunicação Social - SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Apoio ao Programa Gaúcho de Banda Larga
		Centros Gaúchos de Recuperação de Computadores
		Formação em Inclusão Digital
		Internet nas Escolas
		Telecentros RS
		Unidades Tecnológicas de Inclusão Social
Secretaria da Cultura - SEDAC	Mais Cultura RS	Ações culturais da OSPA
		Ampliação da Participação Cidadã
		Ampliação do acesso a bens culturais
		Apoio a eventos culturais
		Construção, reforma e modernização de espaços culturais
		Cultura nas Escolas
		Desenvolvimento da Economia da Cultura
		Implementação de Pontos de Cultura
		Modernização de Bibliotecas
		Preservação e conservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e ampliação de acervos
		Promoção da Cidadania Cultural e Direitos Humanos das mulheres
		Promoção e incentivo a ações culturais e preservação da memória da Cultura Gaúcha

2. Desenvolvimento Econômico

Órgão	Programa	Ações
Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia - SCIT	Inclusão Social e Promoção Acadêmica	Integração entre a Educação Básica e Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social
		Promoção Acadêmica e Assistência Sócio-Econômica
	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos
		Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação.
	RS Tecnópole	Apoio à inclusão digital
		Apoio à inovação
		Apoio aos parques e pólos tecnológicos
	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho e Polo Naval
		Parque Tecnológico e Incubadoras Tecnológicas
	Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI (incluindo a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Investimento – AGDI)	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais		
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais		
Desenvolvimento de infraestrutura para a indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN		
Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha		Extensão Produtiva
		Apoio e Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs)
		Projeto de Extensão Produtiva e Inovação (Apoio a Indústrias)
Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro Empresa - SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Capacitação Empresarial: Gestão e Comércio Exterior
		Condomínios Empresariais
		Incubadoras Empresariais - Micro e Pequenas Empresas (MPE`s)
		Redes de Cooperação
		Programa Gaúcho de Microcrédito
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Fomento e incentivo à criação e fortalecimento de Cadeias Produtivas de Economia Solidária
		Promoção da comercialização e o consumo consciente de produtos e serviços da Economia Solidária
		Qualificação, Capacitação e Assessoria Técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária

3. Desenvolvimento Rural

Órgão	Programa	Ação
Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR	Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio à criação de redes cooperativistas
		Apoio à gestão e educação para cooperativas
	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Agroindústria Familiar - Sabor Gaúcho
		Apoio à Fruticultura
		Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos
		Apoio aos Pecuáristas Familiares
		Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca
		Formação para o Desenvolvimento Rural
		Leite Gaúcho
		Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural
		Troca-Troca de Sementes
	Qualificação da infraestrutura rural	Patrulha Agrícola
	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Apoio ao reconhecimento, à demarcação, à regularização e à titulação de áreas quilombolas e indígenas
		Assentamento de sem-terra, reassentamento e indenização dos agricultores desalojados de áreas indígenas, quilombolas e áreas atingidas por barragens
		Fortalecimento etnosustentável de comunidades indígenas
		Fortalecimento socioeconômico de comunidades quilombolas
		Qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos
		Regularização fundiária
	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Apoio à aquisição de alimentos da Agricultura Familiar
		Apoio à comercialização direta das economias de base familiar e cooperativa
		Apoio às compras institucionais de produtos da agricultura familiar
		Inclusão produtiva de famílias em situação de pobreza extrema
		Regionalização do abastecimento
Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio - SEAPPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Apoio à cadeia produtiva do leite
		Apoio à ovinocultura
		Armazenagem da Produção Agrícola e Agropecuária Gaúcha
		Fomento a cadeia da silvicultura.
		Fomento à cadeia produtiva do feijão.
		Fomento à Fruticultura
		Fomento aos produtos de base agropecuária
		Mais Terra Mais Alimento
		Orizicultura e sustentabilidade
		Política Estadual de Uva e Vinho
	Programa de Correção do Solo.	
	Carne Gaúcha – A melhor carne do mundo	Implantação do protocolo de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) em propriedades rurais
		Produção de carne em campo nativo
		Rastreabilidade dos bovinos e certificação de propriedade.
	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Defesa em saúde animal
		Defesa sanitária vegetal
		Educação sanitária e comunicação social

4. Saúde

Órgão	Programa	Ação
Secretaria Estadual da Saúde - SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Fortalecimento da Infraestrutura do SUS no RS

5. Segurança Pública

Órgão	Programa	Ação
Secretaria da Segurança Pública – SSP (incluindo Polícia Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto Geral de Perícias e SUSEPE)	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Geração e recuperação de vagas no sistema prisional
		Inclusão social com cidadania
	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil
		Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime
		Realização das Funções de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública
		Realização de Perícias Criminais e de Serviços de Identificação
		Apoio e Incentivo às Políticas Públicas Municipais
	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS)	Policiamento Comunitário
		Projetos de Prevenção Social à Violência
		Territórios da Paz

6. Irrigação

Órgão	Programa	Ação
Secretaria do Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo - SDR	Qualificação da Infraestrutura Rural	Irrigando a Agricultura Familiar
Secretaria de Obras Públicas - SOP	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Construção de açudes e Capacitação de Técnicos e Agricultores
		Implantação de Sistema de Distribuição e Abastecimento de Água em Zonas Rurais

7. Cidadania, Justiça, Direitos Humanos e Políticas para Mulheres

Órgão	Programa	Ação
Secretaria de Justiça e direitos Humanos - SJDH	Programa de Acesso à Justiça	Fortalecimento dos Programas de Proteção à Pessoa
		Mutirões de Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos
	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Atenção às Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades
		Construção da Cultura de Acessibilidade
		Produção de Conhecimento na Área das Deficiências e das Altas Habilidades/Superdotação
	Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas	Enfrentamento ao Crack e à Drogadição
	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social
		Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania
		Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação
		Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e Adolescentes e à Juventude
	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Educação em Direitos do Consumidor
		Municipalização do PROCON
		Regionalização do Atendimento do PROCON
	Programa Nova FASE	Aquisição de Veículos para a Sede Administrativa e Centros de Atendimento
		Construção de Novos Centros de Atendimento Socioeducativo
		Formação Profissional dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação
Reforma dos Centros de Atendimento Socioeducativo e Sede Administrativa da FASE		
Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres
		Realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero
	Mulheres Construindo Autonomia RS	Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Qualificação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência
		Reordenamento Institucional do Centro de Referência Vânia Araújo e fortalecimento de centros municipais de referência

8. Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Órgão	Programa	Ação
Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais

9. Turismo, Esporte e Lazer

Órgão	Programa	Ação
Secretaria do Esporte e Lazer (incluindo a FUNDERGS)	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Desenvolver ações de Promoção à saúde, recreação e lazer
		Desenvolver ações de Qualificação dos Profissionais de Educação Física e pesquisa a cerca do esporte e lazer
		Estruturar e Implantar Pólos Regionais de Desenvolvimento do Esporte
		Promover o Esporte de Alto Rendimento
	Realizar competições e eventos de inclusão social e incentivo ao esporte	
	RS Copa 2014	Capacitação Profissional e Voluntariado
Secretaria do Turismo - SETUR	Conheça o Rio Grande	Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao turismo
		Promoção e apoio a comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior
		Desenvolvimento e Marketing de produtos turísticos
	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
		Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo
		Regionalização do Turismo
		Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul

10. Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza

Órgão	Programa	Ação
Casa Civil	RS Mais Igual	Apoio às famílias em situação de extrema pobreza
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	Emprego, Trabalho e Renda	Apoio a Ações de Geração Trabalho e Renda
		Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda
		Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego
		Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda para Jovens
		Implantação e Desenvolvimento de Telecentros nas Agências de Desenvolvimento Social
		Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho
		Jovem Aprendiz
		Plano Territorial de Qualificação - PlanTeQ/RS
		Próximo Passo
		Qualificação Profissional e Social
	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias
		Atendimento de Crianças e Adolescentes em Medidas de Proteção na FPERGS
		Capacitação e Qualificação dos Adolescentes Acolhidos pela FPERGS
		Capacitação Especializada para Profissionais que Atendem Pessoas com Deficiência Acolhidas pela FPERGS
		Coordenação da Política de Assistência Social
		Inserção Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes da FPERGS, em Fase de Desligamento
		Mutirão Social
		Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias
	Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Apoio Técnico e Financeiro a Projetos na Área de Segurança Alimentar
		Apoio Técnico e Financeiro ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
		Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
		Restaurantes Populares
		Implantação de Hortas, Cozinhas e Padarias Comunitárias2
	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Apoio Técnico e financeiro a Projetos Sociais
		Atendimento à Comunidade no Centro Humanístico Vida e Parque de Recreação do Trabalhador
		Capacitação de Lideranças Comunitárias
		Casas da Solidariedade
		Estímulo ao Crescimento Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor
		Manutenção e Monitoramento do Centro Infante Juvenil Zona Sul - Vila Cruzeiro
Qualificação do Terceiro Setor - Bolsas Internacionais		

11. Desenvolvimento Urbano e Saneamento

Órgão	Programa	Ação
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Produção e Qualificação de Instrumentos para o Planejamento e a Gestão Regional
		Promoção das Ações Integradas de Infra Estrutura Urbana
		Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do Estado
Secretaria da Habitação e Saneamento - SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Apoio à Implantação de Sistema de Saneamento
		Elaboração de Estudos, Planos, Sistema de Informações, Código de Saneamento e Fundo Estadual
		Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água
		Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário
		Perfuração de Poços Tubulares
		Promoção da Expansão do Abastecimento de Água Potável no Meio Rural
	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Adequação Urbanística
		Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios
		Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado
	Programa Estadual de Produção Habitacional	Produção de ações habitacionais

12. Educação Superior

Órgão	Programa	Ação
UERGS	Desenvolvimento da Educação Superior	Desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão
		Instituição da rede estadual de pesquisa
		Oferta de cursos de graduação por meio de parcerias
		Programa de residência na área de engenharia/arquitetura

13. Infraestrutura e Logística

Órgão	Programa	Ação
SEINFRA	Energia Para o Rio Grande - CEEE	Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Desenvolvimento do Mercado de Biogás no Estado
		Eficientização Energética
		Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição
		Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão (Linhas de Transmissão e Subestações)
	Transportes Multimodais	Ampliação da Capacidade de Rodovias
		Aprofundamento e Manutenção dos Canais de Acesso ao Complexo Portuário da Grande Porto Alegre
		Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais
		Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual
		Construção de Rodovias
		Elaboração de Estudos Técnicos e Licenciamentos de Obras de Dragagem e Manutenção das Hidrovias
		Expansão de Área Portuária
		Gestão do Acesso Aquaviário
		Implantação do ISPS-CODE
		Manutenção dos Aeroportos
		Modernização dos Aeroportos do Estado
		Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande
		Reestruturação Administrativa e Operacional
		Restauração de Pavimentos
		Sinalização Náutica das Hidrovias
		Terminal Internacional Turístico de Passageiros

14. Combate à Violência no Trânsito

Órgão	Programa	Ação
SARH/DETRAN	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	Educação Para Segurança no Trânsito
		Operação Balada Segura

15. Educação Básica, Profissional e Técnica

Órgão	Programa	Ação
Secretaria da Educação - SE	Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação, conservação e qualificação dos espaços físicos, do mobiliário e dos equipamentos
		Modernização e qualificação dos recursos de apoio, equipamentos didático-pedagógicos e do acervo bibliográfico
		Qualificação dos espaços pedagógicos e implantação/implementação de laboratórios
	Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica	Construção/reconstrução/ampliação e reforma de escolas

III. DIRETRIZES POR ÓRGÃO

Secretaria de Comunicação Social - SECOM

A SECOM opera duas Políticas Públicas:

- Política de Inclusão Digital;
- Política de Comunicação.

a. **Política de Inclusão Digital**

- Premissas
- Inclusão ativa do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de técnicas e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), visando a redução da exclusão digital e social,
- Implantação de telecentros como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, fortalecimento o pertencimento comunitário e o espírito crítico, na sociedade e com o Poder Público, na construção do pleno exercício da cidadania e dando a este cidadão a capacidade de ser o protagonista de seu próprio futuro
- Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade, softwares e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital, em especial as atividades digitais do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã.
- Público Alvo

Comunidades e coletivos excluídos da sociedade da informação, priorizando o meio rural e as regiões de vulnerabilidade social;

- Parcerias

Os projetos serão desenvolvidos em parcerias entre o Estado, Municípios e/ou sociedade civil organizada.

- Critérios para atendimento das demandas
- a. Os projetos serão implantados e fomentados pelo Governo do Estado, mas deverão ser geridos pelo Município ou Sociedade Civil Organizada;
 - b. Os telecentros contarão com Comitê Gestor local com participação da sociedade e acompanhamento por parte do Estado;
 - c. Uso dos equipamentos obedecerão as normas de usos e utilidade definidas na política de inclusão digital do RS combinada com o Comitê Gestor local e a participação do Estado:
 - É proibido cobrar pelos acessos as máquinas, equipamentos e internet;
 - Acesso à internet deverá ser provido por um dos conveniados;
 - Deverá ficar disponível no mínimo 30 horas por semana;
 - Cursos de informática básica;
 - Curso de navegação na internet;
 - Cursos Temáticos de acordo com a capacitação local necessária;
 - Uso exclusivo de softwares livres;
 - Desenvolvimento e execução de projetos das diversas secretarias e órgãos do Governo RS, em parceria com municípios e/ou sociedade civil organizada;
 - Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento;
 - Oficinas de alfabetização digital;
 - As atribuições, direitos e deveres serão estabelecidos através de convênio.

b. Política de Comunicação

- Premissas

Promover ações no campo da comunicação social favoráveis ao desenvolvimento da cultura e da cidadania, estimulando a participação da sociedade na comunicação.

- Público Alvo

Cadeia regional/local de comunicação:

- pequenas empresas de comunicação (pública, privada ou comunitária);
- micro empreendedores;
- associações sem fins lucrativos;
- cooperativas.

- Parcerias

Os projetos serão desenvolvidos em parcerias entre o Estado, Municípios e/ou sociedade civil organizada.

- Critérios para atendimento da demanda

- a. Os projetos serão implantados e fomentados pelo Estado, mas poderão ser geridos pelo Município ou Sociedade Civil;
- b. Estimular a comunicação digital (rádio web, blogs, sites, provedores comunitários e redes sociais);
- c. Produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações);
- d. Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento;
- e. Realização de Oficinas.
- f. As atribuições, direitos e deveres serão estabelecidos no ato do convênio.

Secretaria Estadual da Cultura

Programa - Mais Cultura RS: O Objetivo desse programa é promover o acesso a bens e serviços culturais, a diversidade cultural, o intercâmbio interno e do RS com o Brasil, o MERCOSUL e o Mundo. Ampliar a cidadania cultural, apoiar o desenvolvimento das linguagens artísticas e fortalecer a economia da Cultura no RS.

Ações:

1) Construção, reforma e modernização de espaços culturais:

Através de convênios com municípios, associações e outras instituições, que deverão garantir contrapartidas, essa ação tem objetivo de construir, reformar e modernizar espaços culturais públicos e garantir condições de acessibilidade nestes espaços.

2) Cultura nas Escolas:

Promover atividades culturais de preservação do patrimônio e memória, literatura, música, artes visuais, dança, teatro, circo, cinema e outras manifestações artísticas em escolas do Rio Grande do Sul através da ação direta da Secretaria.

3) Desenvolvimento da Economia da Cultura:

Ampliar e fortalecer o FAC. Realizar feiras da economia da cultura e das diversas linguagens artísticas. Promover o "Turismo Cultural". Criar editais para passagens, prêmios, bolsas e micro projetos e fomento à produção e circulação artística. Incentivar a participação em eventos, feiras, bienais. Através de convênios para o desenvolvimento de ações que apoiem ou fomentem as cadeias produtivas da cultura.

4) Implementação de Pontos de Cultura:

Implementar pontos de cultura, pontos de leitura, pontos de memória, pontinhos de cultura e pontos de audiovisual, através de convênios com a sociedade civil e editais para seleção.

5) Modernização de Bibliotecas:

A partir de convênio com os municípios, que deverão garantir contrapartidas, pretendemos modernizar as bibliotecas públicas com livros atualizados, revistas, jornais, CDs, DVDs, informatização de dados do acervo, mobiliários melhores e mais modernos, computadores e acesso à internet, além de outros equipamentos que possam fazer com que o livro se articule com os demais meios de gravação e difusão cultural contemporâneos.

6) Apoio a Eventos Culturais:

Potencializar, através de convênios com municípios e entidades, eventos culturais realizados no Estado como feiras, festivais, festas populares, concursos, seminários culturais.

Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI

A SDPI/AGDI atua em dois campos prioritários:

- a. Fortalecer Cadeias e Arranjos Produtivos Locais - APLs com apoio a investimentos, inovação e agregação de valor para empresas e empreendimentos cooperados.

- Apoio técnico para governança e gestão de projetos em APLs;
- Elaboração de planos de desenvolvimento e projetos;
- Recursos para investimentos em infraestrutura e equipamentos para empreendimentos cooperados e/em rede.
- Extensão Produtiva e Inovação para empreendimentos locais (indústrias).

Pode se desdobrar em dois processos:

- Se Priorizado, dirigir Edital de Seleção de Proposta de APL para a região: requer aprovação da proposta para enquadramento no programa.
- Se a região já tem APL enquadrado no Programa, pode priorizar recursos no FundoAPL para apoiar projetos específicos de desenvolvimento local no APL.

b. Constituir Infraestrutura Produtiva em áreas industriais. Os requisitos são:

- Prefeitura deve ter área própria, com plano diretor e licenciamento.
- Esta deve encaminhar os projetos executivos das obras: pavimentação, redes de água e energia.

Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro Empresa – SESAMPE

a. REDES DE COOPERAÇÃO

A ação é a de promover o fortalecimento de micros, pequenas e médias empresas em todo o Estado, fomentando a cooperação entre empresas do mesmo segmento e com características semelhantes, melhorando a capacidade competitiva e fornecendo suporte técnico e formação, consolidação e desenvolvimento de Redes de Cooperação. A operacionalização é feita através de Convênios com as Universidades Regionais (10) para formação, desenvolvimento e expansão das Redes de Cooperação. A sociedade poderá demandar através de votação dos cidadãos no processo da Consulta Popular nas respectivas regiões dos COREDES.

Meta: 10 redes mantidas

Região:

MISSOES	1
SERRA	1
VALE DO RIO DOS SINOS	1
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	1
MEDIO ALTO URUGUAI	1
SUL	1
CENTRAL	1
PRODUCAO	1
NOROESTE COLONIAL	1
ALTO JACUI	1

b. CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS

O objetivo dos Condomínios Empresariais é implementar espaço de uso produtivo que proporcione às Micro e Pequenas Empresas instaladas os requisitos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, disponibilizando suporte técnico para a sua formação, consolidação e desenvolvimento, gerando um ambiente estimulador ao empreendedor local.

c. PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO

Tem por finalidade fomentar e consolidar uma rede de microcrédito no Estado em parceria com Instituições Financeiras Públicas e Estaduais, Instituições de Microcrédito (IMs) e Prefeituras Municipais na intermediação de recursos e operacionalização de uma variedade de empréstimos direcionados a um público específico (empreendedores formais e informais, individuais e coletivos, pessoas físicas e jurídicas), definido por sua renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não tem acesso às formas convencionais de crédito. Contempla profissionais tais como pipoqueiro, vendedor de cachorro quente,

d. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tem por finalidade fomentar e incentivar a criação e fortalecimento de cadeias produtivas da Economia Solidária.

Descrição: Fortalecer a sustentabilidade dos EES, através da apropriação de todo o processo de produção e comercialização por cadeias produtivas.

Operacionalização: O fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários se dará através de:

- Fomento e incentivo à criação e fortalecimento de cadeias produtivas (investimento nas estruturas físicas de produção, armazenagem, distribuição e comercialização, em máquinas e equipamentos, capital de giro)
- Qualificação, capacitação e assessoria técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária.
- Promover a comercialização e o consumo consciente de produtos e serviços da Economia Solidária.

Observação: as demandas necessitam demonstrar a articulação e/ou constituição de cadeias produtivas da economia solidária, articulação territorial. As principais cadeias produtivas solidárias que estão sendo estimuladas são: produção agroecológica, artesanato e reciclagem (através de matérias primas como frutas nativas, cana de açúcar, peixe, osso, plástico mole e PET).

Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR

A Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, visando: a elevação da qualidade de vida; a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; a Agricultura Familiar como um modo de vida; um rural com gente; o fomento à cooperação. Para buscar a realização desta missão, a Secretaria tem como prioridade estratégica contribuir para o fortalecimento das economias de base familiar e cooperativa do meio rural.

A ação da SDR se dá através das seguintes ações:

- Programa Leite Gaúcho: assistência técnica e capacitação dos produtores com objetivo de melhorar a qualidade, a produção e a produtividade do leite gaúcho.
- Programa de Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho: apoio à implantação, capacitação e legalização de agroindústrias, a fim de possibilitar aos agricultores familiares, agregação de valor à produção primária.

- Programa de Agricultura de Base Ecológica: apoio à produção de produtos orgânicos, o manejo sustentável da biodiversidade, extrativismo sustentável, produção de plantas medicinais e fitoterápicas, estimulando a adequação ambiental por meio da qualificação de técnicos e produtores.
- Programa RS Pesca e Aquicultura: fortalecimento à cadeia produtiva da pesca artesanal, da aquicultura familiar e organização social e produtiva de pescadores profissionais, artesanais e aquicultores familiares, por meio de assistência técnica e extensão pesqueira e regularização de empreendimentos coletivos.
- Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural: Estruturação de programas de monitoramento, qualificação, educação, formação de redes cooperativas, crédito e tributação diferenciados.
- Programa de Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidade Quilombolas e Indígenas: Assentar, regularizar, qualificar a infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, bem como viabilizar projetos de crédito fundiário, visando o alcance do desenvolvimento sustentável, o bem estar e o respeito à identidade cultural de grupos que possuem a terra como seu meio principal de vida.
- Programa de Comercialização e Abastecimento: organização e construção de espaços regionalizados de abastecimento e comercialização, apoio a feiras e a constituição de pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar.
- Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural: combate à pobreza extrema no meio rural, através da inclusão produtiva de agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária.
- Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural: intensificação da assistência técnica junto aos agricultores familiares, pecuaristas familiares, pescadores, assentados e comunidades quilombolas e indígenas.
- Programa Irrigando a Agricultura Familiar: elaboração e implementação de projetos para armazenamento e/ou irrigação, perfuração e instalação de poços artesianos, instalação de redes de distribuição e qualificação de produtores no manejo e usos múltiplos da água. **ATENÇÃO DEMANDAS DESTE PROGRAMA DEVEM SER ENCAMINHADAS VIA ÁREA TEMÁTICA IRRIGAÇÃO.**

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA

Os principais objetivos da SEAPA e que deverão ser priorizados no Processo de Participação Popular e Cidadã são:

- Desenvolver as cadeias produtivas do agronegócio gaúcho, auxiliando na implantação da produção, produtividade e fomentando atividades nascentes, visando à competitividade e qualidade da produção;
- Valorizar a carne gaúcha com diferencial de qualidade e sanidade, baseado nos preceitos de vantagens comparativas de desenvolvimento sustentável, oferecendo ao mercado um produto de alto valor agregado.

As ações preferenciais a serem demandadas são:

- Correção do solo: realizar a correção da acidez dos solos do RS por meio de distribuição de calcário e insumos, visando o aumento de produtividade;
- Fruticultura/Vitivinicultura: fomentar a implantação de pomares e a fabricação de vinhos e sucos;
- Silvicultura: fomentar a implantação de florestas nativas e exóticas no RS;
- Melhorias genéticas da pecuária: fomentar a melhoria genética da pecuária gaúcha através da inseminação artificial, com vista a aumentar os índices produtivos;

- Irrigação: estabelecimento de CONSÓRCIOS REGIONAIS para aquisição de máquinas e equipamentos. **ATENÇÃO** DEMANDAS DESTE PROGRAMA DEVEM SER ENCAMINHADAS VIA **ÁREA TEMÁTICA IRRIGAÇÃO**;
- Sanidade animal: fomentar a certificação das propriedades livres de tuberculose e brucelose e dar suporte ao sistema de identificação e registro de bovídeos.

Secretaria Estadual da Saúde – SES

A Secretaria da Saúde atende as seguintes demandas:

- Construção/Ampliação de Hospitais;
- Reforma/Adequação de Hospitais;
- Construção/Ampliação de Unidade Básica de Saúde – UBS e de Unidade de Estratégia de Saúde da Família (UESF);
- Reforma/Adequação de Unidade Básica de Saúde – UBS e de Unidade de Estratégia da Família
- Aquisição de equipamentos para Hospitais;
- Aquisição de equipamentos para UBS e UESF;
- Aquisição de veículos para ESF e/ou para a Rede de UBS;
- Aquisição de Ambulância;
- Módulos sanitários.

Deverão ser observados os seguintes critérios para atendimento das demandas:

- Não será atendida demanda de “Obra Parcial” (Construção/Ampliação);
- Não será atendida demanda de “Custeio de Consultas e Exames”;
- Não serão atendidas demandas que já possuam recursos estaduais específicos (ex. medicamentos e material de consumo);
- Demanda de equipamentos de grande porte para rede assistencial devem estar de acordo com as portarias do Ministério da Saúde.

Secretaria da Segurança Pública – SSP

a. Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade:

É o programa que concentra as ações basilares de segurança pública, relativas à prestação dos serviços de polícia ostensiva (Brigada Militar), de polícia judiciária (Polícia Civil) e de perícias (IGP) e as atividades próprias do Corpo de Bombeiros (Brigada Militar).

Para que seja possível a efetiva e eficiente atuação dos órgãos policiais e de perícia, é imperioso o aporte de recursos humanos e materiais. Nesse sentido, ao longo do exercício financeiro de 2013 devem ser alocados recursos orçamentários que possibilitem, prioritariamente, a realização das seguintes despesas:

- Aparelhamento dos órgãos de segurança pública: aquisição de veículos, coletes balísticos, armamento, mobiliário e equipamentos de comunicação e de informática, além de equipamentos de proteção individual e de desencarceradores para o Corpo de Bombeiros.

Observação: deve necessariamente ser consultado o responsável pelo órgão policial/pericial ou de bombeiros local quanto à viabilidade técnica e a conveniência da realização do investimento pleiteado, a fim de evitar desperdício de recursos públicos.

- Construção e reforma de prédios da segurança pública. Trata-se de investimento que pode ser demandado em favor da Brigada Militar (policimento ou bombeiros) e da Polícia Civil.

Observações: Reformas ou ampliações somente podem realizar-se em prédios que pertençam ao Estado, consultado previamente o responsável pelo prédio no município/região. Para a construção de prédios, deve haver terreno do Estado apto a ser edificado, segundo o padrão de construção aprovado pela instituição em tela. Além disso, a construção de um novo prédio exige que haja contingente para ocupá-lo, ou seja, depende da existência prévia de efetivo ou de sinalização institucional no sentido de criar o serviço no município/região. Deve-se consultar o representante regional da instituição a ser contemplada, quanto à viabilidade e a conveniência da realização do investimento.

b. RS na Paz:

Projetos multissetoriais de prevenção da violência, a fim de combater a violência, a criminalidade e a discriminação, e disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada na gestão da segurança pública.¹ Destacam-se no programa a implantação de núcleos de policiamento comunitário e dos “territórios da paz” em diversos municípios gaúchos.

O programa em tela é composto de quatro ações, a saber: projetos de prevenção à violência, policiamento comunitário, territórios da paz e apoio e incentivo às políticas públicas municipais.

- Os Territórios da Paz devem constituir-se a partir de projetos que fomentem inclusão, cooperação e confiança, essenciais para o aumento do capital social, visando à diminuição das desigualdades sociais e da violência. Para tanto, o município deve ter território conflagrado pela violência e pela criminalidade, com índices de homicídio acima dos recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Observações:

Município com mais de 100.000 habitantes: a demanda deve prever a instalação do Território da Paz, prevendo também o Programa de Acolhimento às Vítimas nas Delegacias de Polícia, o Policiamento Comunitário e ações sociais (Gestão da Transversalidade). Estas últimas abrangem as diversas Secretarias de Estado.

Município de 50.000 a 100.000 habitantes com território conflagrado pela violência e a criminalidade: a demanda deve prever a instalação do Território da Paz, prevendo também o Programa de Acolhimento às Vítimas nas Delegacias de Polícia e ações sociais (Gestão da Transversalidade). Estas últimas abrangem as diversas Secretarias de Estado.

Município com menos de 50.000 habitantes, com território conflagrado pela violência e a criminalidade: a demanda deve prever a instalação do Território da Paz, prevendo também o Programa de Acolhimento às Vítimas nas Delegacias de Polícia.

Em todos os casos, previamente à apresentação da demanda, deve ser consultado, por intermédio da Secretaria de Estado responsável, o Comitê Gestor RS na Paz,² para verificar a viabilidade técnica e a conveniência de sua apresentação.

- **Policiamento comunitário:** Está incluído na demanda de instalação de Território da Paz, nos casos de cidade com mais de 100.000 habitantes. A aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os postos de policiamento comunitário já instalados também é possível.

¹ Conforme o objetivo estabelecido no programa *RS na Paz (PROESCI/RS)*, no PPA 2012-2015.

² Instituído pelo Decreto Estadual nº 48.611/11.

- **Projetos de prevenção à violência:** Poderão ser demandados os Núcleos de Atendimento Jurídico-Psicossocial às Vítimas de Violência nas Delegacias de Polícia, os quais têm por objetivo proporcionar às vítimas de violência doméstica uma escuta inédita humanizada e adequada, orientando-as e gerando nelas, mediante um atendimento especializado e multidisciplinar, novas perspectivas de vida.

Observações:

Para que seja possível a instalação desses núcleos, há a necessidade de celebração de convênio com a Prefeitura Municipal, pelo qual o Estado fornece as dependências (delegacias de polícia) e os equipamentos necessários, enquanto que o município ficará responsável pela contratação e remuneração de três estagiários (um da área do direito, outro da assistência social e outro da psicologia). Por isso, o município deve manifestar-se favoravelmente à celebração do Ajuste. Além disso, antes da apresentação da demanda deverá ser consultada a Secretaria da Segurança Pública quanto à viabilidade da instalação do núcleo.

c. Administração e Modernização do Sistema Prisional:

Ao longo do exercício financeiro de 2013 devem ser alocados recursos orçamentários que possibilitem o aparelhamento da SUSEPE, por meio da aquisição de veículos (viaturas leves e de transporte de presos), armamento, coletes balísticos, equipamentos de comunicação e de informática, eletrodomésticos e mobiliário.

Observações:

Antes de a comunidade formular e aprovar a demanda, para fins de inclusão no Orçamento para 2013, deve necessariamente ser consultado o responsável pelo estabelecimento penal ou delegacia regional da SUSEPE do município/região quanto à viabilidade técnica e a conveniência da realização do investimento pleiteado, a fim de evitar desperdício de recursos públicos.

Secretaria de Obras Públicas - SOP

a. Construção de açudes e Capacitação de Técnicos e Agricultores

Este programa é operacionalizado em conjunto com as Prefeituras Municipais e EMATER que elaboram os projetos. As Prefeituras encaminham os projetos à SOP que licita a obra.

Observação: os açudes não podem ser construídos em Áreas de Preservação Permanentes – APPs.

b. Implantação de Sistema de Distribuição e Abastecimento de Água em Zonas Rurais

Este programa destina-se à execução de redes de distribuição e abastecimento apenas em áreas rurais (áreas urbanas devem ser demandadas via Área Temática da Habitação e Desenvolvimento urbano – SEHABS). Há necessidade de pré-existência da fonte de fornecimento de água (barragem, poço, cisterna, etc.)

Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos - SJDH

1. Os recursos neste Orçamento serão destinados para o fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - SEPPED, através da construção de novos Conselhos Municipais sobre Drogas e fortalecimento dos já existentes;
2. Os recursos serão limitados em até R\$ 20.000,00 por proposta/município e a aplicação dos recursos será destinada, única e exclusivamente, para a estruturação dos Conselhos;

3. As propostas deverão estar em consonância com as Políticas Públicas sobre Drogas desenvolvidas em âmbito Nacional e Estadual;
4. As propostas deverão ser encaminhadas ao Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, lotado na Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos;
5. A liberação dos recursos está vinculada a aprovação das propostas, que serão avaliadas pelo Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas em conjunto com o Conselho Estadual sobre Drogas.

Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM tem por missão promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural, e visa construir uma política de equidade de gênero efetiva e consolidá-la como política de Estado. O foco está no empoderamento, no enfrentamento à violência e na geração de trabalho e renda para a Mulher.

As demandas devem ocorrer nas seguintes áreas:

- Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho: cursos de capacitação para mulheres;
- Apoio ao Reordenamento Institucional dos Centros de Referência Estadual e Municipais: reformas, equipamentos, qualificação;
- Qualificação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: capacitação dos agentes da rede de atendimento e de mulheres;
- Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres: consultar a SPM para proposição de projetos;
- Efetivação de Direitos das Mulheres: consultar a SPM para proposição de projetos.

Secretaria do Turismo – SETUR

A SETUR realizou em 2011 a Conferência Estadual do Turismo, que debateu a política do turismo com o conjunto da sociedade gaúcha e deliberou o conjunto dos desafios que nortearão a Política do Turismo para os próximos anos. Para a execução desta política, é necessário que as prioridades orçamentárias definidas no Processo de Participação Popular e Cidadã estejam em consonância com os desafios estabelecidos pela conferência, e as ações descritas no PPA são imprescindíveis para a concretização dos desafios acima citados. Assim as demandas deverão se dar nos seguintes itens:

1. Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao turismo;
2. Desenvolvimento e Marketing de produtos turísticos
3. Promoção e apoio a comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior
4. Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul
5. Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
6. Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo
7. Regionalização do Turismo

OBSERVAÇÃO:

Existe impedimento de ordem técnica no que diz respeito a votação de recursos para a realização ou a publicidade de eventos, tendo em vista que estes acontecem em datas pré-definidas, podendo vir a ocorrer antes da transferência do recurso. Ver portaria de convênios CAGE 01/2006, Art 9º, inciso IV.

Secretaria do Esporte e Lazer – SEL/FUNDERGS

- Construção/Ampliação de Áreas que proporcionem a prática esportiva (ginásios de esportes, quadras poliesportivas, canchas de bocha, quadras de areia...) **com acessibilidade universal**;
- Estruturação de centros de treinamento (esporte de rendimento);
- Aquisição de implementos e materiais esportivos;
- Apoio a programas educacionais por meio do Esporte no turno inverso;
Apoio a seminários, congressos e encontros esportivos;
- Apoio à atração de eventos (campeonatos, torneios no âmbito nacional e internacional).

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento - STDS

A Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS) é o órgão responsável pela articulação e execução das políticas do trabalho, assistência social e segurança alimentar e nutricional sustentável, promovendo a inclusão produtiva do cidadão e a superação da pobreza extrema.

As demandas devem ser encaminhadas nas seguintes áreas:

c. Emprego, trabalho e renda

O PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL identifica as principais demandas de qualificação profissional, alinhadas às reais necessidades do mercado. Enfatizamos a relevância do debate público para a construção de bons cursos, que dialoguem com as necessidades da região, identificando as demandas concretas dos empresários. A orientação da STDS, alinhada ao Governo Federal, é a de “Inclusão Produtiva”. Para isso o trabalho deverá focar, também, a busca ativa por famílias em situação de vulnerabilidade social, para qualificá-las bem como para proporcionar melhoria nas condições de vida e geração de renda.

d. Programa de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Visa garantir o direito humano à alimentação adequada e de qualidade, a sustentabilidade econômica e a promoção social dos segmentos mais vulneráveis da população, bem como oportunizar a capacitação para geração de renda, através de ações articuladas e interadas às áreas de assistência social e do trabalho, bem como ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do RS (CONSEA/RS).

- Implantação de Centros de Referência Alimentar e Nutricional

Visa a elaboração e fornecimento de alimentos, prestação de serviços de utilidade pública e cursos profissionalizantes.

- Implantação e implementação de Restaurantes Populares

Voltados para o segmento mais vulnerável e em situação de insegurança alimentar, possibilita o acesso à refeição balanceada de qualidade e com baixo preço. São usuários deste serviço: trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, idosos, gestantes, crianças.

- Implantação e implementação de Hortas e Cozinhas Comunitárias

Visando a produção de alimentos, educação ambiental e capacitação profissional e geração de renda, promovendo o acesso e disponibilidade dos mesmos, de forma solidária, como instrumento de garantia da segurança alimentar para populações vulneráveis.

Hortas comunitárias: R\$ 10.000,00 a unidade.

Cozinhas comunitárias: R\$ 15.000,00 a unidade.

- Implantação de Padarias Comunitárias (R\$ 30.000,00 a unidade)

Visando proporcionar um espaço para elaboração de alimentação saudável produzida adequadamente, foram desenvolvidas atividades de educação alimentar e nutricional, bem como articulações e capacitações para geração de renda e empreendedorismo estimulando atividades produtivas e promovendo a profissionalização, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico local.

e. **Gestão da Política Social**

A Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social coordena a Política de Assistência Social no Rio Grande do Sul, e tem como finalidade consolidar a Assistência Social como uma política pública no Estado, oferecendo serviços de promoção e proteção social às famílias, em especial, as que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA

Para o ano de 2013 a SEINFRA executará diretamente, ou através de seus órgãos vinculados (SULGÁS, DAER, SPH, DAE, CRM, SUPRG e CEEE), ações em diversos setores:

- Restauração do Parque de Dragagem; Dragagem, Balizamento e Sinalização de Hidrovias. Estas ações visam recuperar o parque de dragagem e melhorar a sinalização náutica melhorando assim a capacidade de navegação interior. Ainda fomentar a instalação de novos terminais privados, com destaques para contêineres.
- Articula ações buscando a melhoria na estrutura de logística rodoviária no RS para o transporte de cargas, nos acessos municipais, obras de integração regional e duplicação de rodovias, todos contemplados no **Plano Rodoviário de obras 2012-2014**.
- Busca melhorias na estrutura de logística ferroviária no RS para o transporte de cargas, articula junto ao Governo Federal para a viabilização da ferrovia Norte Sul, trecho Sul.
- Atualização do mapa eólico, e trabalha ainda na perspectiva da contratação de consultoria para a elaboração do novo Atlas Eólico e para a entrega deste ainda em 2013.
- Articula ações para assegurar e expandir Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, debatendo atividades das concessionárias e na ação política junto ao Governo Federal para promover o desenvolvimento da Energia Térmica no Estado.
- Busca ainda alternativa de estrutura e acesso à telefonia, criando condições para o acesso a banda larga nas propriedades rurais do RS através da possibilidade da criação da CEEE Telecom.

1. **SULGÁS**

a. **AMPLIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BIOGÁS NO ESTADO**

- Expansão da rede física de gasodutos; ampliação da oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; desenvolvimento do

mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta.

- Regiões contempladas: RF 1 (Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana -Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos), RF 2 (Vales do Rio Pardo e Taquari) e RF 3 (Serra, Campos de Cima da Serra e Hortênsias)
- Recursos previstos 2012 -2015: R\$ 197.266.788

b. MELHORIAS OPERACIONAIS DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

- Melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisorio.
- Regiões contempladas: RF 1 (Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana -Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos), RF 2 (Vales do Rio Pardo e Taquari) e RF 3 (Serra, Campos de Cima da Serra e Hortênsias)

Recursos previstos 2012-2015: R\$ 7.992.000

c. PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

- Pesquisa e planejamento nas áreas de energia, alternativas e em geral, associadas ao negócio gás natural. Projetos envolvidos: Gás Seguro; Motor a Gás para Ônibus; Produção de Biogás (aterros sanitários, dejetos animais e industriais); Projetos de Cogeração/Climatização; e Conversão de frotas de transporte.

Regiões contempladas: todo RS

Recursos previstos 2012-2015 R\$ 65.300.000

Observação:

Com relação a variável geográfica, a SULGÁS tem uma área de atuação no entorno da rede atual do gasoduto, que possibilitam os ramais de ligação de redes, disposto nas RFs 1, 2 e 3.

2. SPH

Programas e Projetos:

- Desenvolver as ações para manter a infra-estrutura na área do porto organizado de Porto Alegre e na área do porto organizado de Pelotas, onde também deverá ser implantado o ISPS-CODE para tráfego internacional de cargas;
- Garantir as condições de navegabilidade nas hidrovias no Estado RS;
- Transportes Multimodais na pavimentação da área operacional do cais navegantes;
- Dotar as estruturas portuárias de equipamentos e infra-estrutura adequadas para plena eficiência operacional de carga, descarga e manutenção de embarcações;
- Execução de dragagem de aprofundamento e manutenção dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Rio Caí, Rio dos Sinos e Rio Gravataí. Construção de novos canais objetivando normalizar a navegabilidade das hidrovias e terminais especializados na Bacia do Sudeste, com segurança;
- Execução e manutenção da sinalização náutica das hidrovias do Sudeste com aquisição e instalação de novos sinais para melhorar as condições de navegação nos canais e no acesso aos portos públicos de Porto Alegre, Pelotas, Estrela e Cachoeira do Sul;
- Execução dos serviços de manutenção e recuperação que integram o parque náutico, mediante aquisição de novas embarcações destinadas aos serviços de dragagem e manutenção das hidrovias;

- Elaboração de estudos e projetos de impacto ambiental dos portos e hidrovias, licenciamento ambiental das obras de dragagem das hidrovias. Estudos de viabilidade econômica para os Portos do Estado.

3. DAE – Departamento Aeroviário

- a. Adequação dos aeroportos da rede estadual às inúmeras novas exigências das Autoridades de Aviação Civil, especialmente nos aeroportos com operação de transporte aéreo regular:
 - Ampliação e modernização dos aeroportos com maior demanda por voos regulares, com vista a atender aeronaves maiores;
 - A ampliação dos pátios de aeronaves, terminais de passageiros e de carga;
- b. Recuperar a infraestrutura dos aeródromos públicos que, mesmo sem perspectiva de operar voos regulares, apresentam demanda significativa da aviação geral, assim entendida a aviação agrícola, executiva e de instrução.
- c. Recuperação e modernização de aeródromos públicos de baixa demanda, mas que por razões estratégicas mereçam investimentos do Estado.

4. CRM – Cia. Riograndense de Mineração

A principal diretriz da CRM é “expandir a extração de carvão mineral para produção de energia com ênfase na sustentabilidade ambiental”.

As regiões de atuação são:

- a. Região Campanha: Mina de Candiota;
- b. Região Centro- Sul: Mina de Leão

5. CEEE

Previsão de investimentos em 2013: 364,5 milhões de reais.

- a. Expansão e modernização do Sistema Elétrico
 - Ampliação de Rede Trifásica;
 - Construção de Subestação;
 - Expansão de rede.

6. DAER

Estão previstas dentro do Plano de Obras Rodoviárias para o período de 2012-2014, as seguintes obras:

- Acessos Municipais; início de 104 acessos municipais e conclusão de no mínimo 77 acessos até o ano de 2014, conforme cronograma para início previsto nos Grupo I, II e III, com investimento previsto de R\$ 769 milhões;
- Ligações Regionais: 19 obras para conclusão até 2014, com previsão de investimento de R\$ 259 milhões ;
- Duplicações: 08 obras, (205 Km) iniciadas e concluídas até 2014, com previsão de investimento de R\$ 498 milhões;
- Obras em andamento: 10 obras concluídas até 2014, com previsão de investimento de R\$ 130 milhões;

- Serviços Essenciais e de apoio aos projetos, (Crema mais Serviços Complementares), com previsão de investimento de R\$ R\$ 946 milhões.

Secretaria da Educação - SEDUC

a. Qualificação e Modernização Tecnológica (**para discussão e definição em nível municipal**):

Equipamentos e Materiais Permanentes para as Escolas Estaduais de Educação Básica e Educação Profissional: objetiva a qualificação dos espaços Administrativos e Pedagógicos tais como:

- Biblioteca;
- Laboratório de Ciências;
- Laboratório de Informática;
- Sala de Estudos para Professores;
- Sala Multifuncional;
- Laboratórios Técnicos da área Profissional

Obs.: Os equipamentos para novos cursos não estão incluídos neste item.

b. Qualificação da Infraestrutura Física das Escolas de Educação Básica e de Educação Profissional (**para discussão e definição em nível regional**)

Objetiva evitar a pulverização dos recursos orçamentários e a consequente falta de previsão dos montantes necessários para o atendimento de demandas específicas, as demandas oriundas da Participação Popular e Cidadã 2013 . **Devem priorizar as demandas apontadas no Plano de Necessidade de Obras**, conforme as necessidades das escolas estaduais, tendo em vista sua revitalização como um todo, buscando, desse modo, a melhoria dos espaços físicos escolares. A referência no PNO estabelece-se por ser fruto de uma análise, discussão e elaboração conjunta com Coordenadorias Regionais de Educação e comunidades escolares, mediante avaliação quanto à precariedade da estrutura física das escolas, da falta de espaços físicos, entre outros itens.

Tal revitalização, cujo objeto é a escola em sua totalidade, institui os seguintes padrões mínimos:

- Sala de estudos para professores;
- Quadro branco;
- Aparelhos de ar condicionado;
- Água quente;
- Piso nas áreas externas;
- Paisagismo;
- Plano de prevenção e combate a incêndios;
- Acessibilidade;
- Instalações elétricas e hidráulicas adequadas;
- Cozinha e refeitório;
- Cercamento e iluminação adequados à segurança da comunidade e do patrimônio;
- Cisternas e água de vertentes;
- Estrutura de wi-fi, com instalação de pontos de internet em todos os espaços da escola;
- Espaço de manifestação cultural;
- Monitoramento por câmera de vídeo;
- Identidade visual das escolas que terão identificação e cores unificadas.